

## AGENDA LEGISLATIVA SEMANAL

### CONGRESSO NACIONAL

**Plenário – 05/05**

Está prevista sessão deliberativa do Congresso Nacional para apreciação de vetos.

### SENADO FEDERAL

**Plenário – 03 e 04/05**

As sessões deliberativas no Plenário do Senado desta semana ocorrerão na terça e quarta-feira. Dentre as principais proposições a serem votadas, destacam-se entre outros:

- PEC 69/2019, que acrescenta o inciso X ao art. 170 da Constituição Federal, para incluir a economia solidária entre os princípios da Ordem Econômica;
- PLP 60/2022, que reabre o prazo para os Municípios entregarem a declaração de renúncia de direitos contra a União decorrentes do art. 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, previsto no art. 5º da Lei Complementar nº 176/2020;
- PL 5026/2019, que altera a Lei nº 12.852/2013, para tornar obrigatória a divulgação do Estatuto da Juventude e para instituir a Semana Nacional do Estatuto da Juventude;
- PLP 275/2019, que declara a passagem de linhas de transmissão de energia elétrica por terras indígenas de relevante interesse público da União, na forma do § 6º do art. 231 da
- PL 4059/2021, que altera a Lei nº 12.232/2010 (Lei de Licitações de Publicidade), para dispor sobre as contratações de serviços de comunicação institucional, e a Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições), para dispor sobre gastos com publicidade dos órgãos públicos no primeiro semestre do ano de eleição.

É prevista ainda a leitura da MP 1076/2021, que institui o Benefício Extraordinário destinado às famílias beneficiárias do Programa Auxílio Brasil, de que trata a Medida Provisória nº

1.061/2021, de relatoria do Senador Roberto Rocha; e o PL 316/2021 (Deputado Aureo Ribeiro): Altera a Lei nº 8.137/1990, para reduzir a pena imputada aos crimes contra as relações de consumo e o Código de Defesa do Consumidor, para estabelecer a inversão do ônus da prova para a comprovação pelos fornecedores da adequação dos seus produtos ou serviços ao consumo e ao uso.

Outras matérias poderão ser incluídas na pauta mediante acordo de líderes.

**Comissão de Constituição e Justiça – 04/05 – 10h**

**ITEM 02 - PEC 32/2021**, que altera a Constituição Federal para elevar para setenta anos a idade máxima para a escolha e nomeação de membros do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, dos Tribunais Regionais Federais, do Tribunal Superior do Trabalho, dos Tribunais Regionais do Trabalho, do Tribunal de Contas da União e dos Ministros civis do Superior Tribunal Militar.

O relator, senador Weverton (PDT/MA), apresentou parecer favorável à proposta.

**ITEM 04 – PL 5284/2020**, que altera as Leis nºs 8.906, de 4 de julho de 1994 (Estatuto da Advocacia), e 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para incluir disposições sobre a atividade privativa de advogado, a fiscalização, a competência, as prerrogativas, as sociedades de advogados, o advogado associado, os honorários advocatícios, os limites de impedimentos ao exercício da advocacia e a suspensão de prazo no processo penal.

O relator, senador Weverton (PDT/MA), ainda não apresentou parecer à proposta.

**Comissão de Juristas responsável pela elaboração de anteprojeto de lei para  
atualização da Lei do Impeachment – 06/05 – 11h**

Está prevista uma reunião de trabalho a fim de debater sugestões dos membros para anteprojeto de atualização da Lei nº 1.079, de 1950 (Lei do Impeachment).

## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

### **Plenário – 03 a 05/05 – Sessão deliberativa**

É aguardada a Leitura das seguintes Medidas Provisórias, que depois de serem lidas, passarão a sobrestar a pauta:

- MP 1.079/2021, que dispõe sobre a prorrogação excepcional de prazos de isenção, de redução a zero de alíquotas ou de suspensão de tributos em regimes especiais de drawback;
- MP 1.080/2021, que institui o Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades fim da Polícia Federal - FUNAPOL, e dá outras providências;
- MP 1.081/2021, que autoriza o Poder Executivo Federal a doar imunizantes contra a covid-19 a outros países em caráter de cooperação humanitária internacional.;
- MP 1.085/2021, que dispõe sobre o Sistema Eletrônico dos Registros Públicos (SERP);
- MP 1.090/2021, que estabelece os requisitos e as condições para realização das transações resolutivas de litígio relativas à cobrança de créditos do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES);
- MP 1.093/2021, que dispõe sobre a divulgação do resultado financeiro do Regime Geral de Previdência Social;
- MP 1.094/2021, que dispõe sobre a redução na alíquota do imposto sobre a renda incidente sobre as operações que menciona;
- MP 1.099/2022, que institui o Programa Nacional de Prestação de Serviço Civil Voluntário e o Prêmio Portas Abertas.

Também poderão ser deliberados requerimentos de urgências e proposições legislativas, dos quais destacam-se:

- PL1.360-A/2021, que cria mecanismos para a prevenção e o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente;

- PL 4.251/2021, que institui o Programa Nacional de Proteção e Apoio à Mulher vítima de violência doméstica ou familiar (PROMULHER);
- PL 3.125/2021, que responsabiliza civilmente o agente que provocar acidente com dolo ou culpa e que esteja sob a influência de álcool ou qualquer outra substância psicoativa que altera a capacidade de discernimento.

Outras matérias poderão ser incluídas na pauta, mediante acordo de líderes.

**GT do novo Código de Processo Penal (CPP) - 03/05 – 10h – Plenário 10**

Apreciação das emendas ao Substitutivo do Relator, item "d" do Roteiro de Trabalho.

Título VIII (Da Prova) - art. 194 a 320. (Apreciação nos termos do art. 50, III, "a", do Regimento Interno).

Deputado João Campos (Republicanos/GO) – Relator.

Deputada Margarete Coelho (PP/PI) – Coordenadora.

**Comissão de Esporte – 03/05 – 13h – Plenário 04**

**ITEM 01 – PL 549/2019**, que altera a Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003 (Estatuto de Defesa do Torcedor), para ampliar a proteção às torcedoras contra atos de violência em ambientes de prática esportiva. (Apensado: PL 346/2020).

A relatora, Deputada Celina Leão (PL/DF), apresentou parecer pela aprovação deste, com emenda, e pela rejeição do PL nº 346/2020, apensado.

**Comissão de Constituição e Justiça – 03/05, às 13h e 04/05, às 9h – Plenário**

**01**

**PL 2365/2019**, que veda a redução equitativa de honorários sucumbenciais quando a causa possuir valor líquido ou liquidável, e dá outras providências.

O relator, Deputado Fábio Trad (PSD/MS), apresentou redação final à matéria.

**PL 433/2021**, que cria uma nova hipótese de estelionato qualificado para o enfrentamento de emergência de saúde pública.

O relator, Deputado Lafayette de Andrada (REPUBLIC-MG), apresentou parecer pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com emendas.

**PL 9424/2017**, que concede o porte de arma de fogo aos integrantes do quadro efetivo de servidores penitenciários.

O relator, Deputado Delegado Pablo (PSL/AM), apresentou parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e do Substitutivo da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

**Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado – 03/05 –**

**1 4 h – Plenário 06**

**ITEM 01 – PL 3.161/2021**, que dispõe sobre o exercício da profissão de detetive profissional e regulamenta a profissão (Apensado: PL 3432/2021).

O relator, Deputado Luis Miranda (DEM/DF), apresentou parecer pela aprovação deste, e pela rejeição do PL 3432/2021, apensado.

**ITEM 02 – PL 6.354/2019**, que concede tratamento penal mais rígido a crimes relacionados com o porte de arma de fogo.

O relator, Deputado Paulo Ganime (NOVO/RJ), apresentou parecer pela aprovação da matéria, com substitutivo.

**ITEM 03 – PL3.440/2021**, que institui uma causa de aumento de pena quando o crime for praticado contra autoridade ou agente descrito nos arts. 142 e 144 da Constituição Federal, integrantes do sistema prisional e da Força Nacional de Segurança Pública, no exercício da função ou em decorrência dela.

O relator, Deputado Sargento Fahur (PSD/PR), apresentou parecer pela aprovação da matéria, com emenda.

**ITEM 04 – PL 1.898/2019**, que estabelece a perda da autorização de porte de arma de fogo se o portador ingerir bebida alcoólica ou fizer uso de substância psicoativa que determine dependência.

O relator, Deputado Marcel Van Hatten (NOVO/RS), apresentou parecer pela aprovação da matéria, com substitutivo.

**ITEM 6 – PL 8.063/2017**, que reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, e dá outras providências, para proibir a utilização de policiamento militar em eventos privados.

A relatora, Deputada Major Fabiana (PSL/RJ), apresentou parecer pela rejeição da matéria.

**ITEM 12 – PL 5.417/2020**, que estabelece normas para publicidade de armas de fogo em todo território nacional e dá outras providências.

O relator, Deputado Eli Correa Filho (DEM/SP), apresentou parecer pela rejeição da matéria.

<b>Comissão de Educação – 04/05 – 09h - Plenário 10</b>
---

**ITEM 14 – PL 2.100/2011**, que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de sistema de vigilância eletrônica nas escolas públicas em todo território nacional e dá outras providências". (Apensados: PL 2904/2011, PL 5540/2013, PL 627/2019, PL 7040/2014, PL 7415/2014, PL 3539/2015, PL 500/2015, PL 2780/2015, PL 1460/2019, PL 1725/2019, PL 3341/2019, PL 3569/2019 e PL 2058/2019).

O relator, Deputado Dr. Jaziel (PL/CE), apresentou parecer pela aprovação da matéria, dos apensados, com substitutivo.

**ITEM 15 – PL 708/2015**, que estabelece normas gerais sobre segurança escolar e dá outras providências. (Apensados: PL 2965/2015, PL 1813/2019, PL 3286/2019, PL 3037/2015, PL 3425/2019, PL 8299/2017, PL 947/2019, PL 1755/2019, PL 4756/2019 e PL 4464/2019).

A relatora, Deputada Prof. Dayane Pimentel (PSL/BA), apresentou parecer pela aprovação da matéria e dos apensados, na forma do Substitutivo adotado pela CSPCCO, com três Subemendas.

**ITEM 16 – PL 2.111/2015**, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para fazer constar a exigência de manifestação do representante do Ministério Público local para

o fechamento de escolas do campo, quando o fechamento for definitivo ou se der por prazo superior a um mês.

O relator, Deputado José Ricardo (PT-AM), apresentou parecer pela aprovação deste, e da Emenda Adotada pela CDHM.

**ITEM 27 – PL 1.906/2021**, que prevê a doação dos aparelhos telefônicos apreendidos dentro dos estabelecimentos prisionais a alunos da rede pública de ensino. (Apensados: PL 2285/2021, PL 2843/2021 e PL 3522/2021).

O relator, Deputado Prof. Israel Batista (Podemos/DF), apresentou parecer pela aprovação da matéria e dos apensados, com substitutivo.

**Comissão de Minas e Energia – 04/05 – 10h - Plenário 14**

**ITEM 10 – PL 2.945/2021**, que dispõe sobre medidas de proteção complementar às pessoas que vivem no entorno de empreendimentos minerários a partir da vedação de exploração mineral em áreas nas quais tenha havido deslocamento forçado de pessoas devido a suposto ou efetivo risco de acidente ou desastre causado por extravasamento ou rompimento iminente ou consumado de barragem de rejeitos e/ou água.

O relator, Deputado Joaquim Passarinho (PSD/PA), apresentou parecer pela rejeição da matéria.

**Comissão Externa destinada a acompanhar e fiscalizar a repactuação do Acordo referente ao rompimento da Barragem do Fundão – 06/05 – 14h – Belo Horizonte**

Visita técnica ao Procurador da República em Minas Gerais, Carlos Bruno Ferreira da Silva, para tratar de assuntos relacionados à repactuação do acordo com a Samarco e sua repercussão sobre os atingidos, além da participação dos atingidos e entidades representativas nas tratativas do acordo.